



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

Considerando a necessidade de manter permanentemente os serviços de saúde de nosso município, e com o objetivo de atender as demandas da secretaria de saúde. De forma geral, a aquisição desses materiais é fundamental para a manutenção das atividades de assistência a saúde.

Objetivando a prática dos princípios da eficiência e efetividade, quando se tenta alcançar a alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, as adequações dos atuais serviços são as metas visadas pela administração das atividades-meio e apoio operacional, o que não seria possível sem a aquisição dos materiais médicos hospitalar e ambulatorial.

Justifica-se a necessidade da aquisição desses materiais, para que ocorra a assistência em saúde nas 19 equipes de estratégia de saúde da família, bem como, no Centro de atendimento em Saúde (CASA), Centro de atendimento em especialidades Médicas (CEMAE) Centro de Reabilitação (CER), Samu-Salvar e toda e qualquer equipe assistencial, ainda a situação emergencial ocasionada em função das inundações que podem gerar possíveis consequências a saúde humana especialmente voltadas ao diagnóstico em vigilância laboratorial de doenças de veiculação hídrica, alimentar e transmissíveis por vetores. Desta forma, trata-se de registro de preços, uma vez que, esses itens foram fracassados do PCE 38-2024, podendo acarretar em prejuízo na assistência em saúde do nosso município.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

ITEM	Quantidade mínima	UN	Medida	quantidade	Valor unitário
1	150	CAMPO FENESTRADA SIMPLES TECIDO BRIM 100% ALGODÃO	unidades	200	R\$ 14,80
2	1500	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS	unidades	2000	R\$ 5,35
3	450	EXTENSOR PARA OXIGÊNIO C/ 2 METROS COMPRIMENTO	unidades	500	R\$ 2,08
4	8	FIO DE SUTURA NYLON 6.0 C/ AGULHA CX C/24 TRIANGULAR	cx	10	R\$ 27,43
5	45	FITA ADESIVA INDICADORA PARA AUTO- CLAVE, ROLO 19MMX30M	rolo	50	R\$ 3,84



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6	35	SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA 1% FRASCO COM 1.000ML	frasco	40	R\$ 6,80
7	350	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS, N.º 18	unidades	400	R\$ 2,13
8	100	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS, N.º 20	unidades	150	R\$ 2,04
9	250	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS, N.º 22	unidades	300	R\$ 2,41
10	100	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 24	unidades	150	R\$ 2,07
11	100	SORO RINGER COM LACTATO, 500ML	unidades	144	R\$ 6,80
12	50	SOLUÇÃO PARA HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA PERISTOMIAL FRASCO COM 350ML	frascos	60	R\$ 45,00
13	850	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 10CMX10CM, 13 FIOS/CM² PCT C/500 UN	pacotes	1000	R\$ 14,31
14	450	AGULHA TIPO HIPODÉRMICA, TAMANHO 25X7, MATERIAL CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	500	R\$ 14,40
15	1500	ÁLCOOL ETÍLICO A 70% 1L	FR	2000	R\$ 5,68
16	150	BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL 216X30 PARA ECG	RL	180	R\$ 20,00
17	3	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18GA, CX COM 100 UNIDADES	CX	5	R\$ 65,39
18	40	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20GA, CX COM 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 49,00
19	40	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22GA, CX COM 100 UNIDADES	CX	50	R\$ 49,00
20	20	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24GA, CX COM 100 UNIDADES	CX	30	R\$ 49,00
21	250	ELETRODO PARA MONITORAÇÃO DE ECG, DESCARTÁVEL PCT C/ 50 UNIDADES	PCT	300	R\$ 10,44
22	2500	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 5CMX4,5M	RL	2000	R\$ 8,26



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

23	800	ESPÉCULO, MATERIAL POLIETILENO, TIPO VAGINAL, TAMANHO GRANDE	UN	1000	R\$ 1,84
24	85	ODOPOVIDONA SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO COM 1 LITRO	FR	96	R\$ 43,66
25	85	ODOPOVIDONA SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA, FRASCO COM 1 LITRO	FR	96	R\$ 43,00
26	90	LÂMINA BISTURI, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO N.º 11, CX C/100 UN	CX	100	R\$ 24,50
27	200	LÂMINA GINECOLÓGICAS P/ EXAME CX C/50	CX	250	R\$ 6,67
28	800	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA CAMADA DE PROTEÇÃO, CX C/50 UNIDADES	CX	1000	R\$ 10,01
29	800	PAPEL PRINTER UPT - 110 S	RL	100	R\$ 70,00
30	2500	SONDA URETRAL N.º 08	UN	3000	R\$ 0,51
31	7500	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%), ESTÉRIL, FRASCO C/100ML	FR	8000	R\$ 2,70
32	7500	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%), ESTÉRIL, FRASCO C/250ML	FR	8000	R\$ 3,94
33	5500	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) ESTÉRIL, FRASCO COM 500ML	FR	6000	R\$ 4,54
34	800	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) ESTÉRIL, FRASCO COM 1000ML	FR	1000	R\$ 8,88
35	100	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL 32 A 42°C	UN	150	R\$ 15,13
36	250	TOUCA CIRÚRGICA, CX C/100 UNIDADES	UN	300	R\$ 6,26
37	150	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES, FRASCO COM 1000ML	FR	180	R\$ 4,45

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência será de até 12 meses, prorrogável na forma da Lei 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de Registro de Preço, **através de processo licitatório**, de materiais médico hospitalar e ambulatorial, visando atender as necessidades dos setores, e serão utilizados em procedimentos de pacientes que necessitam de assistência, nas ESFs (estratégia de saúde da família), CEMAE(centro de atendimento especializado), CER (centro especializado em reabilitação), CASA (centro de atendimento em saúde), SAMU (serviço móvel de atendimento a urgência), PAM (pronto atendimento municipal), ou seja em todo e qualquer setor da secretaria municipal de saúde que presta atendimento a pacientes.

O sucesso do processo licitatório vai viabilizar a realização de procedimentos adequado aos pacientes, evitando o encaminhamento desnecessários a outros serviços, ainda ensejando a racionalização de recursos, em todas os setores pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, poderá a administração adquiri-los com economicidade, transparência e legalidade, cumprindo com a Lei nº 14.133/2021. Ainda neste contexto, saliento que se faz necessária a aquisição desses materiais para atender às demandas dos serviços de saúde, que tera como consequência a melhoria de atendimento da nossa população.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a realização de pregão eletrônico, para Registro de Preços de materiais médico hospitalares e ambulatoriais.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os materiais referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado. Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

Para os itens que necessitam de esterilização, o prazo de validade deverá ser de 2 (dois) anos e a fabricação deverá ser, no mínimo, de 6 (seis) meses.

Ser o único responsável pelos custos com o frete e efetiva entrega do objeto em tela, bem como por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público. Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

São Borja ou a terceiros, provenientes do fornecimento dos produtos, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante. Manter, durante a futura execução contratual, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste termo. Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que os produtos vierem causar à Prefeitura Municipal de São Borja ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de São Borja. E ainda, cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de São Borja qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos e ou fornecimento, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de São Borja. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização Prefeitura Municipal de São Borja.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

**CAPÍTULO III
DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1.

A compra dos materiais propostos neste TR, serão entregues conforme necessidade dos departamentos, mediante prévia solicitação de compra. A gestão e a Fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 20.106/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do município de São Borja, nos Termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

(X) Prazo de entrega de até 15 (quinze) dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

() No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 dias.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, sito na Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h as 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.1. São obrigações da Contratante:

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e)** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

(X) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo.

() O prazo de garantia para os serviços de instalação, deverá ser de, no mínimo, ____ (_____) ____ dias/meses, a contar do recebimento definitivo.

() Durante o período da garantia, a ADJUDICATÁRIA obriga-se a efetuar, sem ônus para o(a)Secretaria Municipal de Saúde, a substituição ou reparo do objeto que apresentar defeitos de fabricação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será Rodrigo Medeiros dos Santos, agente operacional de saúde, matrícula 1193386, Almoxarifado.saude.sb@gmail.com, 553431-1669, seu substituto será Vanessa Polga Rolin, enfermeira, 553431-1669, COREN RS 244576, vanessapolga@yahoo.com.br, e ainda como Gestor do contrato, Sabrina Dornelles Loureiro, Secretaria de Saúde, Decreto nº 18.419/2020.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 30 dias para bens ou 15 dias corridos para serviços, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. dar causa à inexecução total do contrato;

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

CAPÍTULO VI FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a secretaria requisitante opta por realização de Processo licitatório para Registro de Preço.

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, sendo o julgamento a ser adotado que trata-se de menor preço por item.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica:

Materiais médico hospitalar e ambulatorial exigem atestados de capacidade técnica, bem como registros específicos.

Comprovação de aptidão por meio de certidão ou atestado que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação

Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitido pelos serviços de vigilância Sanitária da Sede do licitante. Autorização de funcionamento de Empresa (AFE), emitido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

() Não (X) Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:
registro ANVISA

19.4 AMOSTRA

(X) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever:

Todos os produtos solicitados deverão ser de primeira qualidade.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

As especificações devem seguir as estabelecidas na descrição técnica do produto e ainda trazer todos os dados de identificação, procedência, data de fabricação, prazo de validade, número do item, etc.

Os produtos a serem entregues, quando da contratação, deverão corresponder às especificações da proposta, no que tange às suas características e padrão de qualidade, sob pena de rescisão contratual e penalidades cabíveis;

Substituir os produtos entregues que apresentarem defeito em até 30 (trinta) dias, por outro de igual modelo, ou superior, mantendo, no mínimo, as mesmas características dos originalmente fornecidos, inclusive mantendo o preço.

A apresentação da autorização de funcionamento de empresa (AFE), da empresa licitante emitida pelo Ministério da saúde

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Os objetos que contemplem valores inferiores a R\$ 80.000,00, serão destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas (art. 47LC 123/2006).

19.7 DAS VEDAÇÕES

Não se aplica.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços deverá atender ao Decreto Municipal nº 20.108/2023 e o art. 23 da Lei 14.133/21.

Item	Quant	Unid	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	200	unidades	CAMPO FENESTRADA SIMPLES TECIDO BRIM 100% ALGODÃO	R\$ 14,80	R\$ 2.960,00
2	2000	unidades	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13 LITROS	R\$ 5,35	R\$ 10.700,00
3	500	unidades	EXTENSOR PARA OXIGÊNIO C/ 2 METROS COMPRIMENTO	R\$ 2,08	R\$ 1.040,00
4	10	cx	FIO DE SUTURA NYLON 6.0 C/ AGULHA CX C/24 TRIANGULAR	R\$ 27,43	R\$ 274,30
5	50	rolo	FITA ADESIVA INDICADORA PARA AUTO- CLAVE, ROLO 19MMX30M	R\$ 3,84	R\$ 192,00
6	40	frasco	SOLUÇÃO DE CLOREXIDINA 1% FRASCO COM 1.000ML	R\$ 6,80	R\$ 272,00
7	400	unidades	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS, N.º 18	R\$ 2,13	R\$ 852,00
8	150	unidades	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS, N.º 20	R\$ 2,04	R\$ 306,00
9	300	unidades	SONDA FOLEY COM BALÃO 2 VIAS, N.º 22	R\$ 2,41	R\$ 723,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10	150	unidades	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 24	R\$ 2,07	R\$ 310,50
11	144	unidades	SORO RINGER COM LACTATO, 500ML	R\$ 6,80	R\$ 979,20
12	60	frascos	SOLUÇÃO PARA HIGIENIZAÇÃO DA ÁREA PERISTOMIAL FRASCO COM 350ML	R\$ 45,00	R\$ 2.700,00
13	1000	pacotes	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 10CMX10CM, 13 FIOS/CM² PCT C/500 UN	R\$ 14,31	R\$ 14.310,00
14	500	CX	AGULHA TIPO HIPODÉRMICA, TAMANHO 25X7, MATERIAL CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 14,40	R\$ 7.200,00
15	2000	FR	ÁLCOOL ETÍLICO A 70% 1L	R\$ 5,68	R\$ 11.360,00
16	180	RL	BOBINA DE PAPEL TERMOSENSÍVEL 216X30 PARA ECG	R\$ 20,00	R\$ 3.600,00
17	5	CX	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18GA, CX COM 100 UNIDADES	R\$ 65,39	R\$ 326,95
18	50	CX	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20GA, CX COM 100 UNIDADES	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
19	50	CX	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 22GA, CX COM 100 UNIDADES	R\$ 49,00	R\$ 2.450,00
20	30	CX	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24GA, CX COM 100 UNIDADES	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00
21	300	PCT	ELETRODO PARA MONITORAÇÃO DE ECG, DESCARTÁVEL PCT C/ 50 UNIDADES	R\$ 10,44	R\$ 3.132,00
22	2000	RL	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 5CMX4,5M	R\$ 8,26	R\$ 16.520,00
23	1000	UN	ESPÉCULO, MATERIAL POLIETILENO, TIPO VAGINAL, TAMANHO GRANDE	R\$ 1,84	R\$ 1.840,00
24	96	FR	ODOPOVIDONA SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO COM 1 LITRO	R\$ 43,66	R\$ 4.191,36
25	96	FR	ODOPOVIDONA SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA, FRASCO COM 1 LITRO	R\$ 43,00	R\$ 4.128,00
26	100	CX	LÂMINA BISTURI, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO N.º 11, CX C/100 UN	R\$ 24,50	R\$ 2.450,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

27	250	CX	LÂMINA GINECOLÓGICAS P/ EXAME CX C/50	R\$ 6,67	R\$ 1.667,50
28	1000	CX	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA CAMADA DE PROTEÇÃO, CX C/50 UNIDADES	R\$ 10,01	R\$ 10.010,00
29	100	RL	PAPEL PRINTER UPT - 110 S	R\$ 70,00	R\$ 7.000,00
30	3000	UN	SONDA URETRAL N.º 08	R\$ 0,51	R\$ 1.530,00
31	8000	FR	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%), ESTÉRIL, FRASCO C/100ML	R\$ 2,70	R\$ 21.600,00
32	8000	FR	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%), ESTÉRIL, FRASCO C/250ML	R\$ 3,94	R\$ 31.520,00
33	6000	FR	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) ESTÉRIL, FRASCO COM 500ML	R\$ 4,54	R\$ 27.240,00
34	1000	FR	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) ESTÉRIL, FRASCO COM 1000ML	R\$ 8,88	R\$ 8.880,00
35	150	UN	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL 32 A 42°C	R\$ 15,13	R\$ 2.269,50
36	300	UN	TOUCA CIRÚRGICA, CX C/100 UNIDADES	R\$ 6,26	R\$ 1.878,00
37	180	FR	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES, FRASCO COM 1000ML	R\$ 4,45	R\$ 801,00
TOTAL					R\$ 211.133,31

Para estimativa de valores foi utilizado o site Banco de Preços, com uso de media de preços dos itens por serem idênticos.

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Gabriela Magalhães Andrade
SMS 03/12/2024

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

21.2.. (Indicar a dotação orçamentária da contratação).

Órgão: 10	Órgão: 10	Órgão: 10
Unidade: 04	Unidade: 04	unidade: 04
Função: 301	Função: 301	Função: 302
Programa: 0154	Programa: 0155	Programa: 0155
Projeto/Atividade: 2088	Projeto/ Atividade: 2100	Projeto/Atividade: 2293
Elemento: 339030	Elemento: 339030	Elemento: 339030
Recurso: 621; 600; 500	Recurso: 600	Recurso: 600

Órgão: 10	Órgão: 10
Unidade: 04	Unidade: 04
Função: 301	Função: 302
Programa: 0155	Programa: 0155
Projeto/Atividade: 1058	Programa/Atividade: 2231
Elemento: 339030	Elemnto: 339030
Recurso: 621; 600	Recurso: 600; 500

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

São Borja/RS, 03 de Dezembro de 2024.

Gabriela Magalhaes Andrade
Enfermeira Coren 103251

Emerson Quoos Carvalho
Portaria nº 2.084/2024

() Defiro

() Indefero

Eduardo Bonotto
Prefeito de São Borja/RS